

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Registro de preços para aquisição de câmeras IP, licenças e suporte para dispositivos IP-Milestone Xprotect, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2 - DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DO RECEBIMENTO

2.1 - Poderão ser adquiridos os seguintes itens, conforme descrição, quantitativo e valores a seguir informados:

Lote	Item	Descrição	Qtde	Código SIASG	Preço máximo unitário estimado em R\$
1	1	Câmera IP interna com cartão micro SDXC de 128 GB	246	267496	4.780,16
	2	Câmera IP externa com cartão micro SDXC de 128 GB	615	267496	5.691,35
	3	Licença Milestone Xprotect Corporate	861	350949	3.420,59

2.2 - Das especificações técnicas.

2.2.1 - Das especificações comuns para os itens 1 e 2.

2.2.1.1 - Características gerais:

- a. O produto ofertado deve ser novo e de primeiro uso;
- b. A câmera deve estar em linha de produção, não serão aceitos produtos descontinuados;
- c. A câmera deve fazer parte do portfólio de produtos do fabricante, não serão aceitos produtos concebidos especificamente para este certame;
- d. A câmera deve possuir garantia de pelo menos 60 (sessenta) meses, com assistência técnica autorizada em território nacional.
 - d.1. A comprovação do prazo de garantia deverá ser realizada por meio de catálogo, folha de dados ou carta.
 - d.1.1 As licitantes que cotarem as marcas de referência para os itens licitados 1 e 2, previstas nos artigos 2.2.2.19 e 2.2.3.20 deste termo de referência, respectivamente, ficam dispensadas da comprovação constante no item anterior (2.2.1.1.d.1).

2.2.1.2 - Compatibilidade, normatização e certificações:

a. As câmeras ofertadas devem ser compatíveis com o sistema de vídeo monitoramento Milestone XProtect Corporate, para tanto devem estar listadas como dispositivo suportado na página do fabricante <https://www.milestonesys.com/community/business-partner-tools/supported-devices/xprotect-corporate-and-xprotect-expert/>;

b. As câmeras devem estar em conformidade com as especificações ONVIF Profile S, Profile G e Profile T, de modo a permitir a customização e integração com outros equipamentos e softwares. A verificação se dará por consulta ao sítio eletrônico da organização no endereço <https://www.onvif.org/conformant-products/>;

c. Deve possuir as certificações EN, FCC, VCCI ou UL;

d. Os equipamentos a serem entregues devem estar em conformidade com as diretrizes RoHS.

e. Os equipamentos deverão possuir dentre outras características possíveis no webserver, a descrição de localização (tag) da câmera, com campo do tipo aberto, possibilitando a inclusão de identificação do local de instalação do equipamento (para facilitar a gerência remota, através de sistema do fabricante do equipamento);

f. Deve ser possível acessar o equipamento a partir de qualquer navegador web padrão de mercado (Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox) sem a necessidade de instalação de plug-ins pelo usuário ou dependências de drivers de terceiros.

2.2.1.3 - Todos os acessórios devem ser do mesmo fabricante, exceto o cartão SD.

2.2.1.4 - As câmeras devem suportar gravação de borda, devidamente integrado com o sistema de gerenciamento de vídeo Milestone XProtect Corporate.

2.2.1.5 - As câmeras devem possuir armazenamento local através de micro SDXC e deve ser fornecida com cartão de 128 GB (Classe: Ultra-high Speed U3 - Barramento do tipo UHS-I ou compatível).

2.2.1.6 - As câmeras devem suportar os seguintes protocolos:

- a. IPv4, IPv6;
- b. TCP/IP e UDP;
- c. ARP;
- d. HTTP, HTTPS;
- e. SSL/TLS, SSH;
- f. RTP/RTCP;
- g. DHCP, DNS, DynDNS;
- h. SNMP;
- i. SMTP;

j. ICMP.

k. IGMP;

2.2.1.7 - As câmeras devem suportar as seguintes funcionalidades de segurança:

a. Proteção de acesso com senha;

b. Filtragem de endereços IP;

c. Controle de acesso por meio do protocolo IEEE 802.1x;

d. Digest Authentication.

2.2.1.8 - As câmeras devem possuir a possibilidade de atualização de software e firmware através de software do fabricante do dispositivo, com disponibilização das versões de firmware no website do fabricante.

2.2.1.9 - As câmeras devem possuir suporte a API aberta para integração.

2.2.1.10 - As câmeras devem possuir conexão em rede TCP/IP RJ-45 100BASE-T. Não serão aceitos conversores IP externos, ou seja, deverá ser parte integrante da câmera.

2.2.1.11 - As câmeras devem possuir alimentação PoE conforme padrão IEEE 802.3af / 802.3at, sem uso de equipamentos adicionais.

2.2.2 - Das especificações do item 1 (câmera IP interna).

2.2.2.1 - Deve ser do tipo mini-dome.

2.2.2.2 - Deve possuir sensor de imagem em estado sólido de 1/2,9", ou melhor, com varredura progressiva.

2.2.2.3 - Deve possuir resolução de 1080p (1.920 x 1.080) pixels.

2.2.2.4 - Deve possuir lente fixa entre 2,4mm e 3,1 mm, com ângulo de visualização horizontal de pelo menos 100°. Serão aceitas lentes varifocais, desde que possuam ângulo de visualização horizontal especificado.

2.2.2.5 - Deve possuir lente com abertura F2.0 ou melhor.

2.2.2.6 - Deve possuir sensibilidade mínima de 0,20 lux em modo colorido e 0,05 lux em modo preto e branco.

2.2.2.7 - Deve permitir ajuste de posição de, pelo menos, Pan 175°, Tilt 75° e Rotação 175°.

2.2.2.8 - Devido ao compartilhamento dos links de comunicação com a Central de Monitoramento localizada na Sede deste tribunal, o equipamento deverá possuir tecnologia de alta compressão de imagem sobre o streaming H.264 ou H.265, tal como a tecnologia Zipstream (já em uso neste Tribunal regional Eleitoral do Paraná) ou similar com tecnologia própria do fabricante, desde que tal padrão de compressão permita a transmissão, visualização e gravação de forma igual ou superior a tecnologia Zipstream supramencionada e

sem perda de qualidade, demonstrando padrão igual ou superior ao apresentado pela tecnologia Zipstream.

2.2.2.9 - Deve suportar múltiplos (pelo menos 3) fluxos de vídeo independentes na resolução máxima da câmera e com pelo menos 30 quadros por segundo (fps).

2.2.2.10 - Deve possuir WDR de pelo menos 115 dB, não será aceito DWDR.

2.2.2.11 - Deve possibilitar a rotação da imagem em 90° e 270° para visualização em espectro 9:16.

2.2.2.12 - Deve suportar as seguintes configurações e ajustes de imagem:

- a. Balanço de branco;
- b. Ajuste de exposição.

2.2.2.13 - Deve suportar máscaras de privacidade.

2.2.2.14 - Deve suportar as seguintes funcionalidades de eventos e alarmes:

- a. Detecção de movimento, com pelo menos 1 (uma) área de inclusão e 1 (uma) área de exclusão;
- b. Detecção de tentativa de violação da câmera (tampering);

2.2.2.15 - Deve suportar as seguintes funcionalidades de vídeo analítico, podendo ser ofertada solução embarcada ou de terceiros:

- a. Deve suportar a funcionalidade de cerca virtual para controle de intrusão, com possibilidade de delimitação de áreas e definição da direção;
- b. Deve suportar a detecção de vadiagem (loitering), com pelo menos 1 (uma) área de inclusão e 1 (uma) área de exclusão.

2.2.2.16 - Deve possuir proteção contra impactos de IK08.

2.2.2.17 - Deve possuir grau de proteção contra água e poeira IP42.

2.2.2.18 - Deve suportar operação nas temperaturas entre 0°C e 45°C.

2.2.2.19 - Marcas e modelos de referência:

- a) AXIS, modelo M3065-V;
- b) Verint V3720 FDW;
- c) Bosch Flexidome 3000i;
- d) PelcoSarix IME238.

2.2.3 - Das especificações do item 2 (câmera IP externa).

2.2.3.1 - Deve ser do tipo bullet externa fixa.

2.2.3.2 - Deve possuir sensor de imagem em estado sólido de 1/2,8", ou melhor, com varredura progressiva.

2.2.3.3 - Deve possuir resolução de 1080p (1.920 x 1.080) pixels.

2.2.3.4 - Deve possuir lente fixa entre 2,8mm e 3,2 mm, com ângulo de visualização horizontal de pelo menos 100°. Serão aceitas lentes varifocais, desde que possuam ângulo de visualização horizontal especificado.

2.2.3.5 - Deve possuir lente com abertura F2.0 ou melhor.

2.2.3.6 - Deve possuir sensibilidade mínima de 0,20 lux em modo colorido e 0,04 lux em modo preto e branco.

2.2.3.7 - Deve possuir recurso dia-e-noite, com filtro de corte de infravermelho removível automaticamente (ICR).

2.2.3.8 - Devido ao compartilhamento dos links de comunicação com a Central de Monitoramento localizada na Sede deste tribunal, o equipamento deverá possuir tecnologia de alta compressão de imagem sobre o streaming H.264 ou H.265, tal como a tecnologia Zipstream (já em uso neste Tribunal regional Eleitoral do Paraná) ou similar com tecnologia própria do fabricante, desde que tal padrão de compressão permita a transmissão, visualização e gravação de forma igual ou superior a tecnologia Zipstream supramencionada e sem perda de qualidade, demonstrando padrão igual ou superior ao apresentado pela tecnologia Zipstream.

2.2.3.9 - Deve suportar múltiplos (pelo menos 3) fluxos de vídeo independentes na resolução máxima da câmera e com pelo menos 30 quadros por segundo (fps).

2.2.3.10 - Deve possuir WDR de pelo menos 115 dB, não será aceito DWDR.

2.2.3.11 - Deve possibilitar a rotação da imagem em 90° e 270° para visualização em espectro 9:16.

2.2.3.12 - Deve possuir iluminador infravermelho com alcance mínimo de 15 (quinze) metros.

2.2.3.13 - Deve suportar as seguintes configurações e ajustes de imagem:

- a) Balanço de branco;
- b) Ajuste de exposição.

2.2.3.14 - Deve suportar máscaras de privacidade.

2.2.3.15 - Deve suportar as seguintes funcionalidades de eventos e alarmes:

a) Detecção de movimento, com pelo menos 1 (uma) área de inclusão e 1 (uma) área de exclusão;

b) Detecção de tentativa de violação da câmera (tampering).

2.2.3.16 - Deve suportar as seguintes funcionalidades de vídeo analítico, podendo ser ofertada solução embarcada ou de terceiros:

a) Deve suportar a funcionalidade de cerca virtual para controle de intrusão, com possibilidade de delimitação de áreas e definição da direção;

b) Deve suportar a detecção de vadiagem (loitering), com pelo menos 1 (uma) área de inclusão e 1 (uma) área de exclusão.

2.2.3.17 - Deve possuir proteção contra impactos de IK08.

2.2.3.18 - Deve possuir grau de proteção contra água e poeira IP66.

2.2.3.19 - Deve suportar operação nas temperaturas entre - 15°C e 50°C.

2.2.3.20 - Marcas e modelos de referência:

a) AXIS M2025-LE:

b) Verint V3720 BTW:

c) Bosch Dinion 3000i:

d) PelcoSarix IBP231.

2.2.4 - Das especificações do item 3. Seguem as especificações técnicas do software VMS - Licença de expansão Milestone Xprotect Corporate para dispositivos IP:

2.2.4.1 - Licenciamento para uso nas câmeras, independentemente da quantidade de fluxos de imagem por ele gerado, mesmo que a câmera gere divisão da imagem panorâmica de 360º em 4 imagens de 90º.

2.2.4.2 - Cada licença deverá possibilitar a gerência, visualização e gravação das imagens, bem como o controle total das câmeras através do software de gerenciamento Milestone XProtect Corporate, existente no TRE-PR.

2.2.4.3 - Cada licença será do tipo vitalícia, não sendo necessário adquirir qualquer outro software, licenciamento, equipamento ou material para uso e gerência das câmeras pelo software de gerenciamento, sem prazo de validade ou necessidade de upgrade do licenciamento.

2.2.4.4 - Cada licença deverá ser agregada no repositório de licenças do software de gerenciamento Milestone XProtect Corporate deste tribunal, sendo seu uso vinculado a uma câmera de maneira temporária, sendo possível a substituição de qualquer câmera por qualquer licença a qualquer tempo, sendo ainda tal procedimento realizado automaticamente no software de gerenciamento, sem a necessidade de alteração ou autorização do fabricante do software e da

licença.

2.2.4.5 - No período de garantia de 60 (sessenta) meses, a contratada deverá incorporar as atualizações existentes do sistema.

2.3 - Do recebimento.

2.3.1 - Do recebimento provisório:

2.3.1.1 - O recebimento provisório será efetuado quando do recebimento das câmeras no Tribunal, pelos gestores da contratação – Chefe da Seção de Segurança ou seu substituto, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Nesse momento, será verificado tão somente se as câmeras correspondem às marcas e modelos descritos na proposta da licitante vencedora.

2.3.1.2 - Após a verificação, constando-se que a marca e modelo correspondem à descrição da proposta da licitante vencedora, será firmado Termo de Recebimento Provisório, com a assinatura do gestor da contratação, e encaminhado à Comissão de Recebimento de Bens Permanentes deste TRE, para fins de recebimento definitivo.

2.3.1.3 - Caso o objeto fornecido não possua a marca e modelos descritos na proposta de preços da licitante vencedora, o gestor fará a recusa do objeto, comunicando à empresa, para que esta tome as providências necessárias.

2.3.2 - Do recebimento definitivo:

2.3.2.1 - O recebimento definitivo será efetuado por Comissão deste TRE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, que verificará se as câmeras apresentadas guardam as características oferecidas na proposta de preços da licitante vencedora, bem como, se estas características são compatíveis com as solicitadas neste termo de referência.

2.3.3.2 - Após a verificação, constatando-se que objeto está de acordo com a proposta de preços e com o Edital, a Comissão firmará Termo de Recebimento Definitivo.

2.3.3 - Caso o objeto não esteja de acordo, a Comissão efetuará a recusa do objeto, com a informação dos itens não conformes, e comunicará ao gestor da contratação para providências.

2.3.4 - As câmeras deverão ser entregues em perfeitas condições. A empresa deverá substituir aquelas consideradas inadequadas às especificações, ou que tenham sofrido danos/avarias no transporte ou descarga que comprometam seu uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação do fiscal da contratação.

2.3.5 - Detectando-se alguma anormalidade que não comprometa o uso das câmeras, poderá ser feito o recebimento provisório destas, no entanto, as anomalias apresentadas serão reportadas à contratada para que providencie a solução dos problemas. O prazo para solução desses problemas será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da comunicação do fiscal da contratação.

3 - DA GARANTIA

3.1 - As câmeras, cartões de memória e licenças, objetos

desta licitação, deverão ter garantia de 60 (sessenta) meses, a partir do Recebimento Definitivo.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

4.1 - Do local e prazo de entrega dos equipamentos.

4.1.1 - Local de entrega: Seção de Segurança, SESEG, localizada no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado à Rua João Parolin, 224, Bairro Prado Velho, Curitiba - PR.

4.1.2 - Prazo de entrega: Até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato.

4.2 - Das obrigações da contratada:

4.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos.

4.2.5 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.2.6 - Acessar as áreas do TRE-PR identificados por crachás da empresa.

4.2.7 - Não utilizar o nome da TRE-PR para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização do próprio Tribunal.

4.2.8 - Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na execução dos serviços.

4.2.9 - Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnicas pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.

4.2.10 - Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.

4.3 - Das obrigações da contratante:

4.3.1 - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada ao local da entrega dos bens.

4.3.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

4.3.3 - Acompanhar o prazo de entrega estabelecido neste termo.

4.3.4 - Acompanhar e realizar o atestado de entrega dos objetos.

4.3.5 - Rejeitar quaisquer dos objetos entregues fora das especificações técnicas deste termo, bem como bens que não estejam em perfeito estado.

4.3.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada.

4.3.7 - Efetuar o pagamento nos prazos previstos da minuta do contrato.

4.4 - Da sustentabilidade: a Contratada deverá cumprir com o item 2.2.1.2.d deste termo de referência.

4.5 - Das demais obrigações da contratada:

4.5.1 - Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 10.1 do edital e modelo de seu **Anexo II**), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

4.5.1.1 - O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

5 - DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.1 - É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

5.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

5.4 - Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.

5.5 - A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

5.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6 - DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2 - Caberá aos Fiscais e seus substitutos acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas neste termo de referência e no instrumento contratual, devendo informar ao gestor do contrato qualquer anormalidade.

6.3 - Caberá ao Gestor e seus substitutos, as seguintes atividades:

a) Receber e atestar, definitivamente, o documento fiscal referente aos bens e serviços contratados, encaminhando-o, no PAD respectivo, ao setor financeiro, para pagamento.

b) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, bem como efetuar o recebimento conforme cláusula específica.

c) Comunicar à Contratada, preferencialmente por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços e fixar prazo para cumprimento.

d) Notificar o fornecedor, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas.

e) A persistirem as irregularidades, o gestor deverá iniciar o Processo Administrativo e o encaminhará ao setor hierarquicamente superior, instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, a fim de viabilizar a abertura do processo administrativo pela Secretaria de Gestão de Serviços.

f) Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da Contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.

6.4 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7 - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 - As quantidades são estimativas máximas para o período de 12 (doze) meses, com entrega conforme cada solicitação, sendo que este Tribunal se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou NÃO adquirir qualquer quantidade.

7.2 - As licitantes deverão cotar os insumos seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.

7.3 - Para a comunicação entre a contratante e a contratada, será priorizado o e-mail da Seção de Segurança Institucional-SESEG (seseg@tre-pr.jus.br).

7.4 - Dúvidas quanto ao objeto licitado poderão ser sanadas junto à Seção de Segurança Institucional, das 12:00 às 19:00 horas, pelos telefones (41) 3330-4850 e 3330-4851 ou pelo e-mail seseg@tre-pr.jus.br.